



**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR
E A MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS
AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E
SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**

PLANO DE TRABALHO

09/2019



CÂMARA DOS DEPUTADOS
**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS
AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.**

Estrutura do Plano de Trabalho

1. Objetivos	3
i) Objetivos gerais	3
ii) Objetivos específicos 2019	3
2. Ferramentas de trabalho	3
3. Relatorias parciais	4
i) Cumprimento das leis ambientais	4
ii) Orçamento e gestão de políticas públicas ambientais	4
iii) Ordenamento fundiário e territorial	4
iv) Política ambiental, tratados comerciais e acordos internacionais vigentes e impactos socioeconômicos e comerciais	4
v) Bioeconomia	4
vi) Tributação e incentivos econômicos para transição para uma economia sustentável	5
4. Estrutura dos Relatórios	5
i) Relatório Preliminar	5
ii. Relatório Final	5
5. Cronograma	6
i) Cronograma de Conteúdo	6
ii) Visitas Técnicas	7
iii) Cronograma de Reuniões Ordinárias e de Audiências Públicas	8



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

Plano de Trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Economia

Este documento indica as diretrizes para as atividades da Comissão no ano de 2019 e apontar caminhos para a sua continuidade. O Plano de Trabalho propõe um fluxo de atividades, entre visitas, audiências, reuniões ordinárias e visitas técnicas a fim de produzir um relatório preliminar ao final de outubro - de modo a responder à sociedade a atual situação ambiental no país, apresentando os principais achados da Comissão no período, propondo ajustes administrativos e normativos para as políticas ambientais. Este documento também aponta os caminhos para as atividades da Comissão após a apresentação do relatório preliminar.

1. Objetivos

i) Objetivos gerais

- a) *Avaliar e monitorar políticas públicas ambientais de modo a possibilitar que se tornem mais efetivas e integradas na economia nacional;*
- b) *Acompanhar suas implicações nos acordos comerciais e tratadas internacionais dos quais o Brasil é signatário;*
- c) *Propor recomendações normativas ou ajustes administrativos em relação ao acima exposto*

ii) Objetivos específicos 2019

- b) *Estabelecer diagnóstico das políticas ambientais e suas consequências socioeconômicas;*
- c) *Estabelecer recomendações preliminares, normativas ou administrativas.*

2. Ferramentas de trabalho

- a) *Visitas e reuniões às sedes dos Ministérios e a seus órgãos e entidades vinculados;*
- b) *Audiências Públicas*
- c) *Requerimentos de informação*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

3. Relatorias parciais

Com o intuito de melhor atingir os objetivos destacados no requerimento de criação, optou-se pela adoção de um relator principal, que será responsável por realizar uma análise geral da gestão e do orçamento dos órgãos relacionados à pauta ambiental e por outras 5 relatorias parciais que tratarão dos temas:

i) Cumprimento das leis ambientais

Planejamento, grau de execução e capacidade de ação dos órgãos executores, em específico o ICMBIO e IBAMA, para fazer cumprir as regras vigentes e evitar prejuízos econômicos ocasionados por atividades ilegais bem como externalidades negativas.

Órgão de referência: Ministério do Meio Ambiente.

Responsável: JHC (PSB - AL).

ii) Orçamento e gestão de políticas públicas ambientais

Análise da implementação das políticas públicas ambientais, de seus instrumentos de implementação e dos mecanismos de monitoramento sua implementação e mecanismos de monitoramento: Fundo Nacional de Meio Ambiente, Fundo Amazônia, Fundo Clima, PPCDAm e PPCerrado.

Órgão de referência: Ministério do Meio Ambiente.

Responsável: A definir.

iii) Ordenamento fundiário e territorial

Planejamento, implementação e estratégia de integração interfederativa das ações de regularização fundiária e territorial, incluindo o Programa Terra Legal, e os processos de Regularização Fundiária em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com vistas a proteger o patrimônio público e evitar distorções econômicas.

Órgão de referência: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Regional.

Responsável (sugestão): Joênia Wapichana (Rede - RR).

iv) Política ambiental conforme tratados comerciais e acordos internacionais vigentes e impactos socioeconômicos e comerciais

Planejamento, implementação e estratégia de cumprimento dos requisitos ambientais vigentes em acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como impactos sobre promoção comercial, cooperação, precificação e aceitação dos produtos e serviços brasileiros.

Órgãos de referência: Ministério da Economia e Ministério das Relações Exteriores.

Responsável: Marcelo Calero (Cidadania - RJ).

v) Bioeconomia

Avaliação da implementação do marco da biodiversidade e das políticas para registro de patentes e uso sustentável dos recursos naturais e do patrimônio genético brasileiro, bem como da implementação das políticas e ações do Estado no incentivo ao desenvolvimento da Bioeconomia.

Órgãos de referência: Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Economia.

Responsável: Paulo Ganime (Novo - RJ).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

- vi) **Tributação e incentivos econômicos para transição para uma economia sustentável**
Soluções tributárias para desafio ambiental; incentivo ao desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono; tributação de atividades econômicas com externalidades negativas.
Órgão de referência: Ministério da Economia e Ministério do Meio Ambiente.
Responsável: Felipe Rigoni (PSB - ES).

4. Estrutura dos Relatórios

A Comissão apresentará dois relatórios até o meio do ano de 2020. Em 31/10 a Comissão apresentará um relatório preliminar em que conste principais achados da Comissão no período de pesquisa e que apresente um diagnóstico sobre a atual situação ambiental e pode conter, eventualmente, recomendações em caráter emergencial. O Relatório Final, que será apresentado em junho de 2020, contará com uma análise mais aprofundada sobre os quatro eixos de atuação da Comissão e apresentará recomendações específicas para avançar nas políticas ambientais nessas quatro frentes de trabalho.

i) Relatório Preliminar

- a) **Balanco da gestão ambiental:** avaliação geral de políticas ambientais, formulação de Planejamento estratégico, perfil dos ocupantes e vacância de cargos estratégicos.
- **Gestão:** avaliação geral de atividades realizadas, formulação de Planejamento estratégico, perfil dos ocupantes e vacância de cargos estratégicos.
 - **Orçamento:** destinação de recursos para atividades essenciais, contingenciamento de recursos, execução orçamentária em perspectiva comparada.
- b) **Diagnóstico da Comissão**
- *Cumprimento das leis ambientais e impactos socioeconômicos: diagnóstico do quadro atual e exposição dos principais problemas encontrados. Especificamente a respeito de:*
 - i. *Fiscalização de crimes contra a flora e fauna (IBAMA, ICMBIO, PF): planejamento, operações, orçamento, investidura de cargos estratégicos, dados de suporte à atuação fiscalizatória,*
 - ii. *Multas, punição e Núcleos de conciliação de crimes ambientais*
 - iii. *Prejuízos à iniciativa privada ocasionados por atividades ilegais e descontrolado governamental sobre ilícitos*
- c) **Recomendações emergenciais da Comissão:** sob caráter de urgência, poderão ser apresentadas recomendações pela Comissão neste relatório. Podem ser endereçadas ao Legislativo ou ao Executivo e devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazo determinado.

ii. Relatório Final

a) Balanco de gestão ambiental

Análise crítica da atuação geral das agendas acima elencadas nos ministérios relacionados, nos anos de 2019/2020.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

b) Andamento dos trabalhos

Descrição das atividades da Comissão (e andamento do cumprimento das recomendações preliminares, caso haja).

c) Diagnósticos da Comissão

- Orçamento e gestão de políticas públicas ambientais;
- *Cumprimento das leis ambientais: diagnóstico do quadro atual e exposição dos principais problemas encontrados.*
- *Ordenamento fundiário e territorial: diagnóstico do quadro atual e exposição dos principais problemas encontrados.*
- *Política ambiental, tratados comerciais e acordos internacionais vigentes e impactos socioeconômicos e comerciais: diagnóstico do quadro atual e exposição dos principais problemas encontrados.*
- *Bioeconomia: diagnóstico e exposição dos principais problemas encontrados.*
- *Tributação e incentivos econômicos para economia sustentável.*

d) **Recomendações:** *podem ser endereçadas ao Legislativo ou ao Executivo e devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazo determinado.*

5. Cronograma

i) Cronograma de Conteúdo

Relatório	Etapa	Descrição	Responsável	Data-limite
Relatório Preliminar	Pesquisa e redação	<i>pesquisa de conteúdo e redação</i>	<i>Sub-relatores</i>	<i>15/10/2019</i>
	Compilação e Revisão	<i>compilação e revisão do relatório, após escrita dos sub-relatores</i>	<i>Relatora</i>	<i>24/10/2019</i>
	Aprovação de Relatório Preliminar	<i>aprovação do relatório em sessão na Comissão</i>	<i>Relatora e Coordenador</i>	<i>31/10/2019</i>
Relatório Final	Pesquisa e Redação	<i>Aprofundamento de conteúdos para relatório final</i>	<i>Sub-relatores</i>	<i>15/04/2020</i>
	Compilação e Revisão	<i>Compilação e revisão de relatório final</i>	<i>Relatora</i>	<i>06/05/2020</i>
	Aprovação de Relatório Final	<i>aprovação do relatório em sessão na Comissão</i>	<i>Relatora e Coordenador</i>	<i>21/05/2020</i>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

ii) Visitas Técnicas

As visitas têm por objetivo a coleta de informação, a construção de pontes entre Comissão e órgão visitado e a proposição in loco de medidas de ajustes. As pautas da reunião seguirão a divisão de sub relatorias, de modo que **os sub-relatores serão responsáveis pela preparação, pelo agendamento, pela condução e pela produção de ata das reuniões presenciais**. A sugestão de órgãos e secretarias a serem visitas, bem como a ordem das visitas, são direcionamentos iniciais para a avaliação de pertinência e viabilidade dos relatores parciais.

Nº	Órgão	Pauta	Dep. Responsável
1	Ministério do Meio Ambiente (Gabinete do Ministro)	Apresentação da Comissão	Daniel Coelho
2	Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Florestas e Desenvolvimento Sustentável)	Cumprimento das leis ambientais / Tributação e Incentivos	JHC Felipe Rigoni
3	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Cumprimento das leis ambientais / Orçamento e gestão	JHC
4	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)	Cumprimento das leis ambientais	JHC
5	Polícia Federal	Cumprimento das leis ambientais	JHC
6	Ministério do Meio Ambiente (Secretaria Executiva)	Orçamento e gestão de políticas públicas ambientais / Tributação e Incentivos	Felipe Rigoni
7	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Secretaria de Comércio e Relações Internacionais)	Relações Internacionais	Marcelo Calero
8	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Secretaria Especial de Assuntos Fundiários)	Ordenamento fundiário e territorial	Joênia Wapichana
9	Ministério do Desenvolvimento Regional	Ordenamento fundiário e territorial	Joênia Wapichana
10	Ministério das Relações Exteriores (Secretaria de Política Externa Comercial e Econômica + ABC)	Relações Internacionais / Tributação e incentivos econômicos	Marcelo Calero
11	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	Cumprimento das leis ambientais	JHC
12	Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Qualidade Ambiental)	Tributação e Incentivos econômicos	Felipe Rigoni
13	Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Biodiversidade)	Bioeconomia	Paulo Ganime
14	Ministério da Economia (Secretaria de Comércio Exterior)	Relações Internacionais	Marcelo Calero



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

15	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	Tributação e Incentivos econômicos	Felipe Rigoni
16	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Secretaria de Política Agrícola)	Ordenamento fundiário e territorial	Joênia Wapichana
17	Ministério da Economia (Câmara de Comércio Exterior e Assessoria Internacional do Ministério)	Relações Internacionais	Marcelo Calero
18	Ministério da Fazenda (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF)	Tributação e incentivos econômicos	Felipe Rigoni
19	Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Relações Internacionais)	Relações Internacionais / Tributação e Incentivos	Marcelo Calero Felipe Rigoni
20	Ministério do Meio Ambiente (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético)	Bioeconomia	Paulo Ganime
21	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Serviço Florestal Brasileiro)	Ordenamento fundiário e territorial	Joênia Wapichana
22	Ministério da Economia (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)	Bioeconomia / Tributação e incentivos econômicos	Paulo Ganime Felipe Rigoni
23	Ministério Relações Exteriores (APEX)	Relações Internacionais	Marcelo Calero
24	Ministério da Economia (Secretaria de Política Econômica)	Tributação e Incentivos	Felipe Rigoni

iii) Cronograma de Reuniões Ordinárias e de Audiências Públicas

As audiências têm por objetivo a coleta de informação e a proposição in loco de medidas de ajustes. As pautas das audiências seguirão a divisão de sub relatorias, de modo que os sub-relatores serão responsáveis pela preparação, pelo agendamento e pela condução das audiências. As sugestões de datas devem ser seguidas na medida do possível, de acordo com a disponibilidade de agenda dos responsáveis e dos órgãos envolvidos. Não sendo possível a data, o sub-relator responsável deve garantir, de acordo com a sua disponibilidade e a dos convidados, a realização de audiência na mesma semana do previsto.

Data	Atividade
01/10	Reunião ordinária e aprovação de Requerimentos
08/10	Audiência Pública sobre "Cumprimento das leis ambientais e impactos socioeconômicos"



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

10/10	<i>Audiência Pública sobre “Cumprimento das leis ambientais e impactos socioeconômicos”</i>
15/10	<i>Audiência Pública sobre “Orçamento e gestão de políticas públicas ambientais”</i>
17/10	<i>Audiência Pública sobre “Ordenamento fundiário e territorial e impactos socioeconômicos”</i>
24/10	<i>Audiência Pública sobre “Política ambiental conforme tratados comerciais e acordos internacionais vigentes e impactos socioeconômicos e comerciais”</i>
31/10	<i>Aprovação de Relatório Preliminar</i>
05/11	<i>Reunião ordinária e aprovação de Requerimentos</i>
14/11	<i>Audiência Pública sobre “Bioeconomia”</i>
21/11	<i>Audiência Pública sobre “Tributação e incentivos econômicos para transição para uma economia sustentável”</i>
11/02	<i>Reunião ordinária e aprovação de Requerimentos</i>
11/02	<i>Audiência Pública sobre “Política ambiental conforme tratados comerciais e acordos internacionais vigentes e impactos socioeconômicos e comerciais”</i>
18/02	<i>Audiência Pública sobre “Orçamento e gestão de políticas públicas ambientais”</i>
03/03	<i>Audiência Pública sobre “Ordenamento fundiário e territorial e impactos socioeconômicos”</i>
17/03	<i>Audiência Pública sobre “Política ambiental conforme tratados comerciais e acordos internacionais vigentes e impactos socioeconômicos e comerciais”</i>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS.

31/03	<i>Audiência Pública sobre “Bioeconomia”</i>
07/04	<i>Audiência Pública sobre “Tributação e incentivos econômicos para transição para uma economia sustentável”</i>
21/04	<i>Audiência Pública com tema a definir</i>
05/05	<i>Audiência Pública com tema a definir</i>
19/05	<i>Audiência Pública com tema a definir</i>
02/06	<i>Aprovação de Relatório Final</i>